



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO 2025

29 de Outubro de 2024, 14h45
Auditório da AESE Business School

Discurso de abertura

Há muitos anos que o Forum para a Competitividade organiza, com a colaboração da AESE, este seminário sobre o Orçamento do Estado.

Ao clima de incerteza resultante da invasão da Ucrânia e da incerteza criada na economia mundial tinha-se juntado o conflito no Médio Oriente, levantando mais dúvidas sobre a inflação e a energia.

As eleições geraram um governo minoritário e subsistem neste momento muitas dúvidas sobre o que a discussão da Assembleia da República trará de alterações à proposta governamental.

Sempre olhámos para a integração na União Europeia, na sequência da nossa entrada na EFTA e da assinatura do acordo de livre comércio com a CEE, nos anos 60 e em 1971

respectivamente, como uma garantia da estabilidade de regras e também de acesso a um mercado livre, na época o maior do mundo, possibilitando ao nosso País uma recuperação do atraso que tínhamos sofrido desde o terramoto e as invasões napoleónicas. Atingimos em 1973 o nível relativo que tínhamos em 1810 na comparação com o dos países que são actualmente os 15 mais ricos da União Europeia.

Caímos em 1974 e 75, na fase mais aguda da revolução, recuperámos bastante de 1985 a 1998 e depois voltámos a cair, apesar de uma enorme transferência de verbas que recebemos. Mesmo assim continuámos a descer nos rankings.

Há razões conhecidas, estudadas sob diferentes prismas para crescermos tão pouco.

A primeira é a convicção – um misto do intervencionismo, que até o Estado Novo tinha começado a ultrapassar nos fins dos anos 50, e do socialismo da revolução, de que é o Estado, através dos sucessivos governos, que vai orientar a economia e promover o progresso, quando nem sequer trata das funções básicas que lhe competem em exclusivo, nem deixa que as empresas cresçam e se modernizem.

A segunda é a distribuição politizada dos empregos, da

Administração Central até às freguesias, levando a um crescimento insustentável, por asfixiante, das despesas públicas com as consequências conhecidas nos déficits públicos e no nível de impostos.

A terceira é o crescimento da tributação do trabalho e da iniciativa conduzindo a um nível já absurdo de saída constante de jovens quadros e à dificuldade de contratação de quadros especializados para as actividades do futuro.

Não se criando novas actividades viradas para os mercados internacionais as empresas existentes, com muito poucas condições para crescer, também não sustentarão emprego atraente.

E poderia continuar...

O PRR mais uma transferência enorme de recursos para Portugal deveria servir para reformar de alto a baixo a administração pública, nomeadamente com a sua digitalização. Infelizmente não é realista pensar que o PS e o PSD se consigam entender em relação ao que desejam construir para o futuro.

O que deviam ser as prioridades?

a) Financiar as reformas que permitem aumentar o potencial de crescimento.

Portugal continua com um grave problema de potencial de crescimento (menos de 2% do ano), mesmo se, por vezes, cresce umas décimas acima da média da UE. Precisamos de crescer muito mais (3% no mínimo), para melhorar as condições de vida dos portugueses e também para nos prepararmos para o próximo alargamento da UE, provavelmente em 2030, em que haverá uma clara diminuição dos fundos a distribuir pelos actuais Estados Membros.

Neste contexto, e por considerarmos essencial aumentar a dimensão média das empresas desenvolveremos um projecto, com esse objectivo, com a Business Roundtable Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

Para além do estudo e defesa das políticas fiscais visando a concentração empresarial, em que estavam iniciados trabalhos promissores com o governo, realizar-se-ão seminários regionais com empresas seleccionadas para a divulgação das oportunidades e apoio à sua concretização.

b) Financiar a reforma da despesa pública

Temos uma combinação terrível de impostos elevados e fracos serviços públicos, ainda que a despesa que os financia seja elevada, porque há graves problemas de eficiência da despesa pública. Ainda que uma verba muito significativa do PRR seja atribuída à administração pública, não tem havido

espírito reformista, apenas gastar mais no mesmo, incluindo nos casos de digitalização. As PPP na saúde, com melhores resultados e menores custos, são um exemplo de melhorias que é necessário fazer.

c) Estimular o investimento

Portugal tem tido um défice de investimento e de capital ao ponto de nos últimos sete anos o capital por trabalhador ter caído 10%, quando deveria ter subido. Há falta de condições (fiscais entre outras) para o investimento privado e o investimento público também não tem feito o seu papel, estando até abaixo dos valores verificados durante o período da troika (em percentagem do PIB).

d) Investir na habitação

Dentro do investimento, é evidente que se inclui a necessidade de investir na habitação. Precisamos de cerca de 50 mil habitações (novas mais recuperadas) por ano e estamos a construir apenas metade. É necessário criar condições para o investimento privado (o oposto do Mais Habitação) e aumentar o investimento público nesta área.

Não gostaria de terminar sem saudar a preocupação do Ministério das Finanças em conter déficits e reduzir a dívida pública. O governo anterior adiou as reformas da política orçamental, confiando na política de cativações e inviabilizando assim uma análise realista do que viriam a ser os vários Orçamentos de Estado.

Na organização dos trabalhos desta tarde demos mais espaço à discussão das políticas de crescimento por ser a área onde é necessário preparar mais reformas e mudanças, nessa medida é muito frustrante ver como resultados eleitorais do Centro e Direita ainda não se traduziram em mudanças.

Pedro Ferraz da Costa
Presidente do Conselho Directivo